

UM EXEMPLO DE ANÁLISE E DE ARGUMENTAÇÃO EM SINTAXE

Carlos Franchi*, Esmeralda Vailati Negrão** &
Ana Lúcia Müller***

RESUMO: O cotidiano escolar transformou a reflexão sobre a estrutura das unidades lingüísticas em uma tarefa meramente classificatória que parte de categorias e funções fixas e pré-estabelecidas para um processo de simples etiquetagem de expressões e fragmentos de texto. O artigo pretende recuperar a idéia de que a análise sintática é um processo de construção de hipóteses a respeito da estrutura relacional dos elementos de uma expressão lingüística.

PALAVRAS-CHAVE: análise sintática; gramática; lingüística.

INTRODUÇÃO

De um modo geral, no cotidiano escolar, o olhar para a língua de modo a refletir sobre sua estruturação, transformou-se em uma tarefa meramente classificatória. Dadas umas tantas categorias, (como nome, verbo, artigo, oração, oração subordinada adjetiva ...) e umas tantas funções (sujeito, objeto direto, predicativo, oração principal), definidas de um modo ou de outro, as questões propostas aos alunos procuram quase sempre levá-los a etiquetar; com essas noções, algumas expressões e fragmentos de texto. Não pretendemos dizer que todo esse sistema nocional da análise tradicional deva ser apagado. Ao contrário, ele reflete intuições interessantes e subsistentes em quase todos os modelos lingüísticos contemporâneos, sobre a estrutura da língua. Mas o esvaziamento do trabalho de análise, como um exercício de mero reconhecimento, acabou por desenvolver no

(*) Universidade de São Paulo – USP e Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

(**) Universidade de São Paulo – USP.

(***) Universidade de São Paulo – USP.

professor e no aluno a crença em categorias e funções sintáticas já estabelecidas, em relação às quais as análises individuais estarão certas ou erradas, na medida em que delas se aproximam ou se distanciam.

Assim, perdeu-se o sentido de que, cada vez que atribuímos uma unidade lingüística a uma categoria ou a associamos a uma determinada função sintática, estamos **construindo uma hipótese** a respeito da estrutura relacional da expressão inteira. Essa hipótese deve basear-se em fatos da língua considerada, diretamente observáveis na expressão analisada ou em outras expressões correlacionadas. E são esses fatos (e não a digressão sobre “definições”) que devem funcionar como argumentos de suporte à hipótese levantada.

Este artigo pretende recuperar o processo de análise dos fatos lingüísticos e, de certo modo, recuperar as intuições subjacentes à análise tradicional. Vamos limitar-nos a uma oração bem simples do português e a uma análise bem conhecida, como exemplo desse processo.

1. ESTUDO DE UM CASO

Considere, de início, a oração:

(1) *Os alunos acharam o caminho fácil.*

Podemos dizer que essa oração é ambígua: duas interpretações diferentes podem ser a ela atribuídas. Perceberam? Se não, experimentem colocá-la em duas cenas distintas:

CENA I – Interpretação I: No fim de um curso, os alunos organizaram um churrasco no sítio do professor Tom. Distribuiu-se um mapa contendo instruções de como chegar ao local, por um zigzague de estradinhas secundárias. As-

sim mesmo, apesar de o caminho ser difícil, seguindo o mapa, **os alunos acharam o caminho fácil.**

CENA II – Interpretação II: No parque municipal, há dois diferentes trajetos para os que praticam caminhadas e corridas. Um deles, com três quilômetros, é muito fácil de percorrer: plano, sem curvas e sombreado; o outro, ao contrário, com seis acidentados quilômetros, é difícil e destinado aos que têm mais fôlego e boas pernas. O primeiro é marcado com faixas amarelas em troncos e pedras; o segundo, com marcas vermelhas. Logo que chegaram, procurando pela cor das faixas, **os alunos acharam o caminho fácil** que deviam percorrer: aquele que era marcado pelas faixas amarelas.

Na cena I, “fácil” é entendido como a opinião ou avaliação do caminho pelos alunos e (1) corresponde a qualquer coisa como:

- (2) *a – Os alunos consideraram o caminho fácil,*
b – A opinião dos alunos sobre o caminho foi que ele era fácil.

Na cena II, “fácil” especifica o caminho que foi encontrado pelos alunos, em oposição ao caminho difícil e (1) pode ser parafraseada por:

- (3) *Os alunos encontraram o caminho fácil.*

O leitor atento logo perceberá que, mesmo inseridas nesses cenários, resta ainda uma outra ambigüidade. De fato, a gente poderia estar querendo dizer que foi fácil, para os alunos, encontrar o caminho:

Interpretação III:

- (4) *a – Os alunos acharam facilmente o caminho*
b – Os alunos encontraram facilmente o caminho.

* * *

A questão que se coloca é: **Por que uma oração que parece exatamente a mesma possibilita essas três interpretações?** Duas respostas bem simples já devem estar na ponta da língua:

A – a gente usou a oração (1) em “contextos” diferentes (os dois “cenários” acima) e é o contexto que leva a interpretar essa oração de um modo ou de outro.

B – na verdade, temos dois verbos “**achar**” que são homófonos ou homônimos: o primeiro “achar” é sinônimo de “considerar”; o segundo, é sinônimo de “encontrar”; do mesmo modo, há dois itens lexicais diferentes na palavra “**fácil**”: fácil₁ – adjetivo, e fácil₂ – advérbio.

Em outros termos, a tripla ambigüidade de (1) não teria nada a ver com os aspectos sintáticos, estruturais, da oração mas se resolveria exclusivamente em termos discursivos ou pragmáticos ou com recurso a uma diferença lexical, dicionarizável.

Essas duas respostas têm algo de verdadeiro, mas são respostas parciais. A resposta A é parcial porque cada contexto é único e diferente dos muitos contextos possíveis para o emprego de uma expressão. É cada ocorrência de uma expressão, no seu contexto, é também um acontecimento singular. A especificidade de cada contexto lingüístico e extra-lingüístico de uma expressão em uso e os efeitos de cada ocorrência dessa expressão são extremamente relevantes para a análise do discurso, que envolve as condições de uso e de produção. Mas, uma teoria gramatical visa a descrever os aspectos generalizáveis, e não individuais, da construção das expressões: a estabelecer princípios e regras que valham para todas as ocorrências de uma oração (para uma oração-tipo) e não para sua interpretação em um

evento discursivo particular. Ora, como é que uma teoria gramatical separaria, para a formulação desses princípios gerais, no estudo de (1), as infinitas situações possíveis, de um lado “os contextos da interpretação I”, de outro lado, “os contextos da interpretação II” e, finalmente os da interpretação III?

Assim, embora o recurso a contextos particulares de uso de uma oração e a cenários construídos para contextualizá-la artificialmente nos ajude a perceber a ambigüidade de uma oração em situações específicas e singulares, não temos como nos referir aos inumeráveis contextos possíveis (ou a classes de contextos) para estabelecer generalizações descritivas e princípios gramaticais sobre a estrutura e a forma das orações.

No caso da resposta B, tudo parece reduzido a uma questão de diferenças no léxico. Mas verifica-se facilmente que o mesmo tipo de ambigüidade aparece em orações com verbos de que não poderíamos falar com propriedade em “dois diferentes itens lexicais”. O que dizer, por exemplo, da oração:

(5) *O juiz julgou o seu amigo inocente?*

Uma primeira interpretação é óbvia. Suponha que (5) tenha sido enunciada em uma situação como:

CENA III – Interpretação I: No juizado da comarca, depois de ouvir meu amigo e todas as testemunhas arroladas, bem como as demais provas constantes dos autos do processo, o juiz proferiu sua sentença. Afinal, meu amigo foi absolvido ou não? De um repórter, que saía da sala, ouvi, satisfeito que o **juiz julgou seu amigo inocente.**

Nesse caso, sua significação é muito semelhante à que está em (2), para o verbo “achar”:

- (6) *a – O juiz considerou que o réu era inocente,*
b – A opinião do juiz , sobre o réu, foi que ele era inocente

Mas a oração (5) poderia também significar outra coisa e isso pode ser visto em um cenário mais complicado:

CENA IV – Interpretação II: Como jornalista, eu acompanhava um caso de homicídio; eu mesmo, encontrei tantas provas favoráveis ao suspeito, um homem simples, que me convenci de sua inocência e até me tornei seu amigo. No dia do julgamento, infelizmente, por problemas no trânsito de São Paulo, cheguei atrasado ao Fórum, onde um outro indivíduo estava diante do juiz. O meirinho, que me conhecia e conhecia a amizade por aquele réu, já me foi adiantando: “Chegou tarde. **O juiz (já) julgou seu amigo inocente.** E o pior é que o julgou culpado!”

Nesse cenário, já não podemos dizer que (5) manifesta a opinião do juiz (para quem o réu era culpado). “Inocente”, em “seu amigo inocente”, somente especifica ou caracteriza o réu, em relação a outros, como no caso de “fácil” em (3).

No caso de (1), podíamos atribuir a ambigüidade geradora das diferentes interpretações aos dois significados da palavra “achar” (encontrar, considerar). Já no caso de (5), não temos essa saída: não há razões para dizer que “julgar”, nos dois cenários propostos, corresponde a dois diferentes itens lexicais.

Em relação a tratar “fácil” como correspondendo a dois itens lexicais (fácil: adjetivo e fácil: advérbio), como poderíamos decidir entre essa hipótese (para cada emprego um diferente item lexical) e a de que se trata do mesmo item com dois diferentes usos gramaticais, neutralizando-se a distinção entre adjetivo e advérbio, como muitos sugerem?

Em qualquer caso, o gramático tem sempre que examinar se, como consequência da diferença lexical ou independentemente dela, a ambigüidade não está associada a distintas estruturas sintáticas, ou seja, aos modos de relacionar os elementos entre si e de construir com eles as unidades complexas que compõem a oração.

Assim, está na hora de examinar essa alternativa para explicar a ambigüidade da oração (1) de um modo mais geral. A hipótese que vamos fazer é a de que, por detrás dessa oração superficialmente única – “os alunos acharam o caminho fácil” – existem três modos de construção, cada qual derivado de distintas relações entre os seus constituintes. Em outros termos, devemos investigar se **essa oração reflete diferentes estruturas sintáticas**. De um modo mais específico, podemos supor que a relação estabelecida, no predicado, entre os elementos “achar”, “o caminho” e “fácil” é uma quando leva à interpretação I, outra, quando leva à interpretação II e outra ainda quando leva à interpretação III.

2. A ANÁLISE TRADICIONAL DESSE CASO

Como vocês sabem, a gramática tradicional faz a descrição da estrutura sintática das orações por meio de um conjunto de categorias morfológicas (nome, verbo, adjetivo, etc.), que recebem, nas orações, diferentes funções sintáticas (sujeito, objeto direto, predicativo, adjunto adnominal, adjunto adverbial, etc.) que se associam a cada termo ou sintagma da oração.

Ora, a oração (1) – “os alunos acharam o caminho fácil” – seria associada a três análises diferentes, conforme a interpretação que fazemos delas. Na interpretação II, a gramática tradicional analisa o adjetivo “fácil” na **função sintática de adjunto adnominal** de “caminho”, formando com ele o objeto direto nominal: “o caminho fácil”; na interpretação I, o adjetivo “fácil” seria analisado na **função sintática de predicativo do**

objeto direto, sem formar, com este, um único constituinte. Na interpretação III, “fácil” pertenceria à classe dos advérbios e se analisaria como **adjunto adverbial de modo**, modificando “achar”.

Vamos recordar o que a gramática tradicional quer significar com essas categorias e funções.

2.1. Começemos pelas distinções entre adjetivo e advérbio e, correspondentemente, entre adjunto adnominal e adjunto adverbial. De um modo geral, a gramática tradicional utiliza critérios morfológicos e relacionais ou funcionais para distinguir adjetivo de advérbio.

O **adjetivo** é uma palavra variável em gênero e número (critério morfológico) que se relaciona a nomes substantivos ou modifica os nomes substantivos com que concorda (critério relacional). Um dos papéis do adjetivo é formar um substantivo complexo, na função de adjunto adnominal. Um **adjunto adnominal** é uma palavra, locução ou mesmo oração (as orações adjetivas) que “especifica ou delimita o significado de um nome substantivo, qualquer que seja a função deste”, formando com ele um outro nome, ou um sintagma nominal complexo.

Para exemplificar, tomemos uma oração formada por dois constituintes simples (separados por colchetes para tornar as coisas mais claras) – um nome, como sujeito e um verbo, como predicado:

(7) / Mesa // quebra /.

A gente pode “expandir” o nome-sujeito “mesa”, acrescentando-lhe diferentes especificações e formando nomes cada vez mais complexos, na posição de sujeito:

(8) a – / Mesa // quebra /,
b – / A mesa // quebra /

- c – / A / mesa vermelha / / / quebra / ,*
d – / A / / mesa vermelha / da sala de reuniões / / / / quebra / ,

e assim por diante.

Nessa análise, o adjunto adnominal não possui uma função independente, fora do sintagma nominal. Desse modo, dizer que “fácil” em (1), na interpretação II, é um adjunto adnominal, significa dizer que “fácil” modifica “caminho” e forma com ele um único constituinte – o nome-objeto direto:

- (9) *a – / os alunos / / acharam / o quê / / ? ,*
b – / os alunos / / acharam / o / caminho fácil / / / ,
c – / os alunos / / acharam / o / caminho / que era fácil / / / / .
d – / Foi / o caminho fácil / / / que os alunos acharam /

No caso da interpretação III, porém, a análise tradicional diz que “fácil” é um advérbio na função, pois, de adjunto advérbial. É um **advérbio**, porque é uma palavra invariável (critério morfológico) que modifica um verbo com que se relaciona (critério relacional). Nesse sentido, “fácil” não depende mais de “caminho” nem forma com ele um constituinte nominal; depende do verbo “achar” ou do sintagma verbal “achar o caminho” e com este se compõe. Em vez das paráfrases de (9), teríamos as de:

- (10) *a – / Os alunos / / / acharam o caminho / como / ? ,*
b – / os alunos / / / acharam o caminho / fácil/facilmente / ,
c – / os alunos / / / acharam fácil/facilmente / o caminho / ,
d – / Foi fácil / / / os alunos / / acharem o caminho / / ,
e – / Foi fácil/facilmente / / que os alunos acharam o caminho /

O contraste entre essas duas interpretações (II e III acima) fica mais visível se usarmos o critério morfológico das definições tradicionais de adje-

tivo e advérbio. Isto é, se em vez de “o caminho” usarmos a forma plural “os caminhos” veremos que na interpretação II, o **adjetivo**-adjunto adnominal “fácil” varia e concorda com o substantivo modificado:

(11) *Os alunos acharam / os caminhos fáceis /;*

ao contrário, na interpretação III, em que “fácil” se analisa como **advérbio**-adjunto adverbial, este fica invariável, pois não depende do substantivo e não concorda com ele:

(12) *a – Os alunos / / acharam fácil / os caminhos /,
b – Os alunos / / acharam os caminhos / fácil(mente) /*

2.2. Vejamos agora a noção tradicional de **predicativo do objeto direto**, com que se analisa (1) na interpretação I (“os alunos acharam/consideraram o caminho fácil”).

A gramática tradicional distingue um pequeno conjunto de verbos, entre eles os chamados “verbos judicativos” (como “julgar”, “achar”, “considerar”, etc.) que formariam um predicado verbo-nominal, ou seja, um predicado misto que possui dois núcleos significativos: um verbo e um predicativo, este expressando uma avaliação ou opinião do sujeito do verbo a respeito do objeto direto.

Atrás dessas palavras estão algumas idéias simples sobre a estrutura da oração com predicativo do objeto direto. Ela diz que, em orações com esses verbos, como (1) e (5):

*Os alunos acharam o caminho fácil,
O juiz julgou o seu amigo inocente,*

“fácil” e “inocente”, na interpretação I, não formam um sintagma nominal complexo com, respectivamente, “o caminho” e “o seu amigo”; isto é, “fácil” e “inocente” expressam, no predicado, a opinião do sujeito da oração (“os alunos” e “o juiz”) sobre o objeto direto, como se dissessem:

(13) *Na opinião dos alunos/do juiz (não forçosamente na opinião de quem fala), o caminho é fácil/o seu amigo inocente;*

ou então:

(14) *a – Os alunos acharam | que o caminho era fácil |*

b – O juiz julgou | que o seu amigo era inocente |

Nessa interpretação I, “fácil” é certamente um adjetivo (e não um advérbio), tanto que a concordância é obrigatória, ao contrário de (12):

(15) *a – Os alunos acharam os caminhos fáceis,*

b – Os alunos acharam fáceis os caminhos;

(16) *a – O juiz julgou os seus amigos inocentes,*

b – O juiz julgou inocentes os seus amigos.

Do ponto de vista categorial, portanto, não há diferença na análise de “fácil” como adjetivo nas interpretações I e II: tanto os adjetivos-adjuntos adnominais, quanto os adjetivos-predicativos, se relacionam de algum modo aos nomes substantivos-objetos diretos. Mas a gramática tradicional reconhece que essa relação é diferente nos dois casos, tanto que determinam diferentes funções gramaticais para o adjetivo-adjunto e para o adjetivo-predicativo.

Um modo intuitivo de descrever essa diferença é o de dizer que, no caso do adjetivo-predicativo, este, embora se relacione com o nome substantivo, não forma com ele um único constituinte nominal: o nome substantivo “o caminho” e o adjetivo “fácil”, embora relacionados, correspondem entretanto a dois constituintes relativamente autônomos, ambos exigidos independentemente pelo sentido do verbo. Como se o verdadeiro complemento do verbo não fosse um nome, mas uma espécie de oração reduzida:

(17) a – *Os alunos / acharam / o quê /?*

b – *Os alunos / acharam / (que) o caminho (era) fácil /.*

“Fácil”, por isso, possui uma função sintática que deriva dessa relação com o nome (“o caminho”), mas, também, de sua relação com o verbo (“achar”), com que forma o predicado verbo-nominal.

Vamos tentar representar essa análise, mediante os colchetes. Um modo seria representar o complemento de “achar” como se fosse uma oração reduzida, com dois elementos “essenciais” (como dizia a gramática tradicional) e interdependentes:

(18) */ os alunos / / acharam / / o caminho / / fácil / / /.*

2.3 – Comparemos as três análises estruturais propostas:

A – na interpretação I, “fácil” é um predicativo do objeto “o caminho”, ambos como constituintes autônomos, formando uma oração reduzida; esta é que é o objeto direto do verbo “achar”;

B – na interpretação II, “fácil” é um adjunto adnominal de “caminho”, dependente desse nome que o adjetivo modifica e formando com ele um novo nome substantivo que é o objeto direto de “achar”;

C – na interpretação III, “fácil” é um adjunto adverbial, dependente do verbo (ou do sintagma verbal) que o advérbio modifica, sem qualquer relação com o substantivo “o caminho”.

De um modo esquemático e usando os colchetes para indicar os constituintes construídos por essas relações, teríamos:

(19) *Os alunos acharam o caminho fácil*

Interpretação I

Interpretação II

Interpretação III

[acharam | |o caminho| |fácil|] |...| [acharam | o |caminho fácil|] |...| | |acharam o caminho | fácil|

Desse modo, as três interpretações apontam para três estruturas sintáticas – determinadas pelas relações diferentes e pelas diferentes unidades complexas que elas compõem, que a gramática expressava em termos funcionais: “fácil” teria três distintas funções sintáticas, conforme a interpretação de orações como (I), respectivamente predicativa do objeto, adjunto adnominal e adjunto adverbial.

3. BUSCANDO ARGUMENTOS SINTÁTICOS EM FAVOR DESSA ANÁLISE

Diferenças estruturais, como essas, devem estar correlacionadas a outras propriedades sintáticas. Por exemplo, já vimos que a análise de “fácil” como adjetivo (nas interpretações I e II) está correlacionada a fatos de concordância, ao contrário da análise de “fácil” como advérbio (na interpretação III). Vimos, ainda, que cada uma dessas interpretações levam a conjuntos distintos de paráfrases.

Vamos tentar mostrar, daqui para a frente, que a análise tradicional está intuitivamente correta, fazendo aparecerem essas outras propriedades. Concentrar-nos-emos somente sobre as interpretações I e II e sobre as funções sintáticas de predicativo e de adjunto adnominal, por razões de brevidade.

Um dos aspectos que distingue essas funções é o de que, em uma oração com objeto direto e predicativo desse objeto (na análise tradicional), estes dois constituintes são relativamente autônomos. Por isso, prefe-

rimos tratá-los como formando uma espécie de oração reduzida, que expressa a opinião do sujeito a respeito do elemento analisado como objeto pela tradição gramatical:

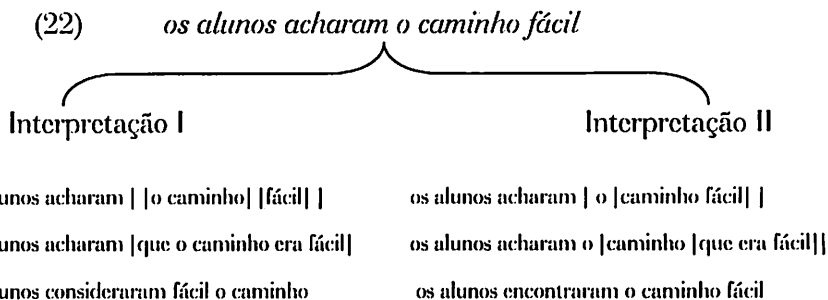
(20) *Os alunos acharam / / o caminho / / fácil / /
/que o caminho era fácil /.*

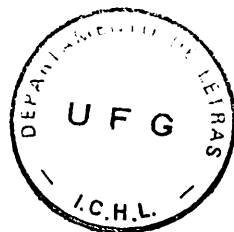
A oração reduzida “o caminho fácil”, bem como a conjuncional “que o caminho era fácil” expressam aquilo que os alunos pensam ou acham do caminho e aparecem como subordinadas completivas – complemento de “achar” – ou subordinada substantiva objetiva direta desse verbo.

Ao contrário, o adjunto corresponde a uma classe **adjetiva** de expressões (palavras, locuções, orações) que formam um nome complexo pela modificação de um outro nome. Assim, se expressarmos a relação entre o objeto direto e seu adjunto em uma oração plena, em vez de uma oração subordinada completiva, vai aparecer uma subordinada adjuntiva ou subordinada adjetiva (relativa):

(21) *Os alunos acharam / o / caminho fácil / /
/ o / caminho / que era fácil / /.*

Facilmente vocês verificarão que (20) pode somente receber a interpretação I e (21), somente a interpretação II:





* * *

Com base nesse exemplo, observe que argumentar em favor da hipótese estrutural que atribui a (1) e a todas as orações semelhantes como (5), para cada interpretação uma diferente análise sintática, ou seja, dois modos de organização dos segmentos que compõem a oração, significa encontrar **fatos lingüísticos** que, por sua especificidade, revelem a natureza das relações entre os constituintes.

A estratégia de argumentação é simples: procuramos encontrar fatos lingüísticos que permitam contrapor as duas estruturas, na medida em que somente se correlacionam com uma delas e não com a outra. Com isso as propriedades sintáticas distintivas das estruturas consideradas vão aparecendo.

Uma técnica, entre outras, consiste em operar sobre as orações que supomos exemplificar a estrutura considerada, alterando-a em alguns aspectos mínimos. Começemos por alterações na ordem dos constituintes das orações (1) e (5). Por exemplo:

- (23) *a – Os alunos acharam fácil o caminho,*
b – O juiz julgou inocente o seu amigo.

Imediatamente percebemos que as duas orações de (23) já não são ambíguas. A elas corresponde somente a interpretação I, ou seja, aquela que supõe uma análise de “fácil” e “inocente” como predicativo, expressando, respectivamente, a opinião dos alunos e do juiz sobre o caminho e o seu amigo. Examinemos, agora, uma outra ordenação:

- (24) *a – Os alunos acharam o fácil caminho,*
b – O juiz julgou o seu inocente amigo.

Ocorre exatamente o inverso. As orações de (24) também não são mais ambíguas, mas a elas corresponde somente a interpretação II que

decorre de uma análise dos adjetivos reordenados como adjuntos, internos ao próprio sintagma nominal. Como explicar o desaparecimento de uma das interpretações pela simples alteração na ordem dos elementos?

No português, os adjetivos que integram um sintagma nominal, como adjuntos, normalmente seguem o substantivo-núcleo desse sintagma, como em:

- (25) a – *Os alunos procuravam | o | caminho fácil | |*,
b – *Os alunos procuravam | aquele | caminho fácil | |*.

Escolhemos para esse exemplo o verbo “procurar” porque, com ele, “fácil” só pode ser analisado como adjunto adnominal, interno ao sintagma nominal formado pela adjunção. Nesse caso, quando o adjetivo antecede o substantivo núcleo, como em (26), ele fica dentro das fronteiras desse sintagma nominal que, à esquerda, é marcada pelos determinantes como o artigo “o” e o demonstrativo “aquele”:

- (26) a – *Os alunos procuravam | o | fácil caminho | |*,
b – *Os alunos procuravam | aquele | fácil caminho | |*.

Por isso, as orações em (27), no sentido relevante, não são orações gramaticais do português (e as marcamos com um “*” para indicar esse fato):

- (27) a – ** Os alunos procuravam fácil | o | caminho | |*,
b – ** Os alunos procuravam fácil | aquele | caminho | |*.

Essa posição do adjetivo, relativamente independente e fora do sintagma nominal, somente é possível quando também é possível interpretar esse adjetivo como um predicativo. Isto é: a realização de “fácil” e “inocente” à esquerda do determinante, como em (23) e (27), obriga à análise desses adjetivos como um constituinte independente do sintagma nominal, característica dos predicativos. Por isso, em (23), a mudança na

- (30) *a – Os alunos acharam o caminho do parque municipal que fica na reserva florestal fácil,*
b – Os alunos acharam fácil o caminho do parque municipal que fica na reserva florestal

Nessas orações, “fácil” se desloca para uma posição externa às fronteiras do sintagma nominal (à esquerda, o determinante; à direita, o longo adjunto preposicionado), forçando a interpretação do adjetivo como independente do substantivo-núcleo, ou seja, como predicativo:

- (31) *Os alunos acharam que o caminho do parque municipal que fica na reserva florestal era fácil.*

4. EXPLORANDO UMA IDÉIA DA ARGUMENTAÇÃO PRECEDENTE

A alteração na ordem dos constituintes de (1) e (5) funcionou como uma estratégia para evidenciar dois diferentes modos de hierarquização desses constituintes. A hipótese auxiliar de que nos servimos foi:

- a de que nome + adjunto adnominal forma um único constituinte nominal uma das interpretações da oração (1); nesse caso, o adjetivo não pode ocupar posições fora do sintagma nominal;
- a de que nome + predicativo forma uma oração reduzida, com dois constituintes (nome e adjetivo) relativamente autônomos, autonomia que se mostra em uma maior liberdade de movimento do adjetivo, levando a outra interpretação da oração (1).

4.1. Uma outra estratégia permitirá reforçar nossa argumentação. Sabemos que, muitas vezes, em certas transformações que podemos fazer de

uma oração, mantendo basicamente a mesma significação um constituinte inteiro é movido de uma posição para outra. Isso permite testar com maior precisão quais são os limites de um constituinte, baseando-nos no fato de que, quando se desloca um constituinte de uma posição para outra, todos os elementos de que é formado devem mover-se juntos.

Comecem por observar essa generalização em um exemplo mais simples, em que se passa um adjunto adverbial de tempo de sua posição no fim da oração para a posição inicial:

(32) *a – As coisas estavam confusas naquela reunião dos condôminos,*

b – Naquela reunião dos condôminos, as coisas estavam confusas,

*c – * Naquela reunião, as coisas estavam confusas dos condôminos,*

*d – * Reunião dos condôminos, as coisas estavam confusas naquela.*

Como se observa pela agramaticalidade (*) de (32-c, d), não se pode cindir o adjunto adverbial movido, deixando parte para trás sem completa alteração do sentido.

Agora, examinemos o caso das construções na voz passiva em que o sintagma nominal ocupando a posição de objeto direto, na voz ativa, passa a ocupar a posição de sujeito da oração. Que todo constituinte deve ser movido fica evidente se observarem que a gramaticalidade de (33,b) e a agramaticalidade das orações (33,c,d) se lhe quisermos dar a mesma interpretação referencial de (33,a):

(33) *a – João construiu | uma casa de campo branca |,*

b – Uma casa de campo branca foi construída por João,

- c – * Uma casa de campo foi construída branca por João,*
*d – * Uma casa branca foi construída de campo por João.*

Então, se nossa análise de (1) e (5) está correta, espera-se que elas possam ser correlacionadas a duas construções passivas, uma delas correspondendo à primeira interpretação e outra, à segunda interpretação. Vamos justificar isto.

– Se “fácil” (ou “inocente”) é um constituinte autônomo, independente do objeto direto, quando se analisa como predicativo, somente o sintagma nominal “o caminho” (ou “o seu amigo”) ocupará a posição de sujeito na passiva correspondente. De fato, teremos:

- (34) *a – O caminho foi achado fácil pelos alunos,*
b – O seu amigo foi julgado inocente pelo juiz.

- Se “fácil” (ou “inocente”) integra o objeto direto, como adjunto, todo o sintagma nominal, incluído o adjetivo, deve mover-se para a posição de sujeito. Basta testar, para ver que isso, de fato, ocorre.

- (35) *a – O caminho fácil foi achado pelos alunos,*
b – O seu amigo inocente foi julgado pelo juiz.

Mas é preciso observar que as construções de (34) possuem somente a interpretação I, em que “fácil” e “inocente” correspondem à avaliação que “os alunos” ou “o juiz” fazem do objeto direto. E que as passivas de (35) somente recebem a interpretação II.

Desse modo, as construções passivas reforçam a hipótese de que a ambigüidade geradora das duas interpretações das orações (1) e (5) é de natureza estrutural: “caminho”/ “o seu amigo” e “fácil”/ “inocente” se relacionam de dois diferentes modos e constituem dois diferentes tipos de constituintes, embora realizados na mesma seqüência sonora.

Com as passivas, conseguimos um novo par distintivo de construções que corroboram nossa análise:

(36) *os alunos acharam o caminho fácil*

Interpretação I	Interpretação II
O caminho foi achado fácil pelos alunos	O caminho fácil foi achado pelos alunos
Os alunos consideraram fácil o caminho	Os alunos encontraram o caminho fácil

* * *

4.2. Além da passiva, outros deslocamentos de constituintes podem ser examinados. Consideraremos dois deles.

O primeiro, conhecido como “topicalização”, consiste em mover todo um constituinte para o início da sentença para destacá-lo entre os demais como “aquilo de que se fala” (como “tópico”). Vamos estudar melhor essas construções mais adiante, bastando agora alguns exemplos:

- (37) *a – Eu não vou ler nunca esse livro de crítica,*
b – Esse livro de crítica, eu não vou ler nunca;

- (38) *a – A gente nunca imaginaria encontrar, aqui, uma coisa tão estapafúrdia e de mau gosto,*
b – Uma coisa tão estapafúrdia e de mau gosto, a gente nunca imaginaria encontrar aqui.

Também podem deslocar-se para a posição inicial os elementos que estão sob o foco de uma interrogação, isto é, quando se questiona não

sobre se uma oração é verdadeira ou falsa, mas se questiona um dos constituintes ou parte da oração. Por exemplo:

(39) *a – Você devolveu para a biblioteca que livros de lingüística, adquiridos no ano passado?*

b – Que livros de lingüística, adquiridos no ano passado, você devolveu para a biblioteca?

Outra vez, como no caso da passiva, os processos de topicalização e de deslocamento dos constituintes interrogados para o início da oração somente serão gramaticais quando o constituinte todo for movido. Vocês podem observar como ficam ruins as orações em que o processo incide somente sobre parte do constituinte:

(40) *a – *Esse livro, eu não vou ler nunca de crítica,*

*b – *Uma coisa tão estapafúrdia, a gente nunca imaginaria encontrar aqui e de mau gosto;*

(41) ** Que livros você devolveu para a biblioteca de lingüística, adquiridos no ano passado?*

Podemos, agora, usar o mesmo raciocínio que fizemos no caso da passiva. A análise a favor da qual estamos argumentando supõe que, nas orações (1) e (5), na interpretação I, o adjetivo (“fácil” ou “inocente”), na função de predicativo, um constituinte independente do substantivo (“caminho” ou “o seu amigo”), não se desloque à esquerda quando o sintagma nominal for topicalizado ou interrogado na posição inicial. De fato, observem as orações:

(42) *a – Os alunos acharam o caminho do sítio fácil;*

b – O caminho do sítio, os alunos acharam fácil,

*c – * O caminho do sítio fácil os alunos acharam (no sentido de “consideraram”)*

O próprio adjetivo pode topicalizar-se independentemente:

(43) *Bem fácil, os alunos acharam o caminho do sítio, hem?*

Agora, observem as orações em que se desloca um constituinte interrogado, no caso da interpretação I:

(44) *a – Os alunos acharam que caminho fácil?*

b – Que caminho os alunos acharam fácil?

c – O quê que os alunos acharam do caminho?

Essas orações somente podem ser interpretadas com “achar” no sentido de “considerar”, “julgar”. Se quisermos construir orações com o objeto direto topicalizado ou interrogado na interpretação II (“achar” no sentido de “encontrar”), aquela em que o adjetivo (“fácil”) está na função de adjunto, fazendo parte integrante do sintagma nominal e formando um único constituinte com o substantivo núcleo (“caminho”), então todo o constituinte se desloca para o início da oração. Em vez de (43), teremos:

(45) *a – O caminho fácil, os alunos (o) acharam,*

b – O caminho fácil do sítio, os alunos (o) acharam,

e em vez de (44):

(46) *Que caminho fácil os alunos acharam?*

(a que se poderia responder que eles encontraram o caminho fácil marcado por faixas vermelhas nas pedras e nos troncos).

Um resumo dos achados nestes últimos parágrafos:

(47) *Os alunos acharam o caminho fácil*

Interpretação I

O caminho, os alunos (o) acharam fácil

Que caminho, os alunos acharam fácil?

Os alunos consideraram fácil o caminho

Interpretação II

O caminho fácil, os alunos (o) acharam

Que caminho fácil os alunos acharam?

Os alunos encontraram o caminho fácil

* * *

4.3. Aos fatos lingüísticos que acumulamos em favor da hipótese que explica a ambigüidade das orações (1) e (5) como dependente de sua estrutura sintática, vale a pena acrescentar mais um que, embora não envolva deslocamentos, baseia-se no mesmo esquema argumentativo. Trata-se de fenômeno envolvendo a pronominalização. Isto porque os itens lexicais a que chamamos pronomes têm a propriedade de recuperar (do contexto lingüístico) todo o sintagma nominal, e não somente o substantivo nele contido.

Observem o que ocorre nos exemplos:

(48) *As crianças barulhentas desta classe ouviram, com muita atenção a história de mistério que eu contava,*

a – Elas pareciam estar em outro mundo, enquanto a ouviam,

*b – *Elas barulhentas desta classe pareciam estar em outro mundo enquanto a de mistério que eu contava ouviam.*

A oração (48,a), em que os pronomes “elas” e “a” substituem todo o sintagma nominal (respectivamente, “as crianças barulhentas desta classe” e “a história de mistério que eu contava”) é uma oração comum do português. Ao contrário, parece muito mais que estranha, na verdade

agramatical, a oração (48,b) em que o pronome substitui somente os substantivos-núcleo (“crianças” e “história”). Por isso é que a pronominalização também pode evidenciar os limites entre os constituintes de uma oração.

Suponham, então, que, na cena proposta como contexto para a interpretação I, o anfitrião, professor Tom, dissesse a um colega:

(49) *Os alunos não custaram para encontrar o caminho. Eles o acharam fácil,*

ou que ele tenha dito simplesmente (50,a) e um colega tenha concordado com (50,b):

(50) *a – Os alunos acharam o caminho fácil,*
b – É, de fato. Pelo visto, eles o acharam fácil.

Nesses dois casos, sabemos que, na oração – “eles o acharam fácil” –, “o caminho” é um constituinte independente de “fácil”, já que o pronome substitui somente “o caminho” (sem absorver também “fácil” e tanto (49), quanto (50,b)) são orações perfeitas. Mais ainda, em (49) e em (50,b), a ambigüidade da oração “os alunos acharam o caminho fácil” desapareceu, sendo possível somente a interpretação I, com o adjetivo analisado como predicativo do objeto direto.

As coisas andam em outra direção na cena II. Se fizéssemos o dizerem:

(51) *Os rapazes têm que encontrar o caminho mais fácil. – Fica tranquilo que os rapazes já o acharam.*

O pronome “o” substitui, agora, todo o sintagma “o caminho mais fácil”, o que mostra que, nessa interpretação II, quando “achar” significa “encontrar”, “o caminho” e “fácil”, analisado como adjunto adnominal, formam um único constituinte.

5. UMA BREVE REVISÃO

Uma pequena revisão de como procedemos neste artigo. Escolhemos uma oração com três interpretações bem claras nos contextos criados em diferentes cenários. Observamos que tal ambigüidade poderia resultar do fato de aspectos lexicais e poderia resolver-se em contextos adequados. Mas observamos também que a ambigüidade geradora das duas interpretações não fica bem explicada nesses planos lexical e discursivo: ela está vinculada a duas estruturas sintáticas da expressão superficial:

- na interpretação I, vimos que “fácil” se analisa como predicativo do objeto direto, como constituinte independente em relação ao objeto direto “o caminho”, com o qual formaria uma oração reduzida;
- na interpretação II, “fácil” se analisou como adjunto adnominal, formando com “o caminho” um único constituinte: o sintagma nominal-objeto direto de achar “o caminho fácil”;
- na interpretação III, “fácil” se comporta como advérbio; não se relaciona com “o caminho”, mas com o verbo “achar” o o sintagma verbal “achar o caminho”

A elaboração de uma gramática, entretanto, supõe mais do que a construção de hipóteses para um fato lingüístico isolado. Precisamos sempre verificar essas hipóteses, colocando-a sob avaliação empírica pelo exame de outros fatos lingüísticos que possam ser explicados como decorrência da análise particular que fizemos.

Assim, verificamos que a análise proposta permitiu correlacionar uma série de outros fatos lingüísticos, em outros domínios da gramática, o que permite generalizações descritivas interessantes. Nesse sentido, examinamos (e utilizamos como critérios de análise e base da argumentação):

- diferentes modos de expressar, por meio de orações, a relação entre o nome e o adjetivo;
- aspectos morfológicos (fatos de concordância) correlacionados a essas diferentes relações;
- condições distribucionais como as estabelecidas sobre a ordem das palavras ou as posições contextuais do constituinte estudado;
- certas correspondências entre a expressão analisada e outras orações semanticamente aparentadas, como na formação das construções passivas, nas topicalizações e nas interrogativas e nos casos de pronominalização.

ABSTRACT: The daily routine of school has turned the reflexion about language into a classifying task that begins with a set of pre-established and fixed categories and functions and ends with the tagging of the linguistic expressions according to these categories and functions. This article aims at recuperating the idea that syntactic analysis is a process that involves the construction of hypotheses about the relational structure among the elements of a linguistic expression.

KEYWORDS: syntactic analysis; grammar; linguistics.